

PROJEÇÕES DA NOVA ORDEM MUNDIAL SOBRE A AMAZONIA BRASILEIRA

José Ananias Duarte FROTA (1); Joel de A. NOBRE (2); Luiz Claudio Araújo COELHO (3)

(1) Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO, Rua Conselheiro Estelita, 500 – Centro – Fortaleza/CE, (85) 3101 2223, e-mail: duartefrota@yahoo.com.br

(2) Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO, Rua Conselheiro Estelita, 500 – Centro – Fortaleza/CE, (85) 3101 2223, e-mail: joelksga@hotmail.com

(3) Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO, Rua Conselheiro Estelita, 500 – Centro – Fortaleza/CE, (85) 3101 2223, e-mail: bleve@bol.com.br

RESUMO

A Amazônia, centro *sui generis* de valiosos recursos minerais, hídricos, de magníficas flora e fauna, exuberâncias próprias de uma região sem similar no mundo, tem sido alvo da cobiça internacional expressa nas mais variadas formas, cujas ações foram ensaiadas desde o período do descobrimento até a atualidade. No contexto de uma nova ordem mundial imposta por mega potências, são cunhados novos conceitos sob a forma de falsas idéias quanto a influência da floresta no clima mundial, desrespeito aos direitos dos índios, de devastação do meio ambiente e do exercício limitado da soberania brasileira na área. Assim, busca-se na presente pesquisa discutir os movimentos do poder internacional tendentes a difundir uma visão negativa sobre a soberania brasileira na região amazônica. Pretende-se, desse modo, contribuir para a tomada de consciência do governo sobre a importância estratégica dessa área para o desenvolvimento brasileiro. Para tanto, realiza-se uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo-exploratório. A Amazônia não é apenas um repositório de recursos naturais a serem explorados ou, ainda, um santuário de diversidade biológica a ser preservado. Essa região brasileira é uma realidade social cujas necessidades humanas precisam ser devidamente consideradas e atendidas para que o patrimônio físico e humano, material e cultural, indispensável à consolidação de um harmonioso projeto concebido e conduzido por brasileiros, possa ser integrado às discussões nacionais.

Palavras-chave: Poder. Amazônia. Nova Ordem Mundial.

1 INTRODUÇÃO

Conceitua-se Estado como o poder organizado para dirigir politicamente a Nação e a arte de organizar e governar o Estado, dirigindo suas ações, internas e externas, em busca do bem comum é a Política (BRASIL, 2009).

Conforme a Escola Superior de Guerra (BRASIL, 2009), Política Externa é “a ação do Estado no sentido de assegurar a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais, considerada a realidade internacional e a interdependência entre as nações”. Nas relações internacionais do atual mundo globalizado é necessário entender-se que estes objetivos nacionais são a soberania, segurança quanto à integridade territorial e patrimonial, o desenvolvimento social e o crescimento econômico da Nação. Estes requisitos são fundamentais para a sobrevivência do Estado.

Resumindo, o Poder Nacional de um Estado é a capacidade que a Nação possui de manter seus objetivos Nacionais superando quaisquer obstáculos.

O Estado dependerá da base do seu poder (potencial da expressão militar), do seu peso (potencial nacional), do seu domínio (influência em determinada área ou região), do seu alcance (capacidade de projetar-se), do seu prestígio (relações internacionais) e da finalidade (objetivo a defender ou conquistar).

É importante observar não apenas o poder das nações e dos organismos internacionais, mas também o poder dos governos, dos grupos de interesse, das pressões, das elites e dos indivíduos, na medida em que qualquer desses elementos possa afetar significativamente qualquer manifestação de política internacional.

Sabe-se que o relacionamento internacional pressupõe a existência de uma quantidade de “atores”: Estados-nações; governos nacionais; grupos nacionais (minorias ou de interesses especiais); organizações internacionais de direito público; e organizações internacionais de direito privado (estruturas eclesásticas, partido políticos, sindicatos, ONG's e empresas multinacionais e transnacionais).

Sabe-se ainda que grupo é o conjunto de pessoas ligadas por apresentarem alguma característica comum significativa e por atuarem de forma diferente, mas interligados, de modo a poderem cooperar e agir em conjunto (BRASIL, 2009). No mundo globalizado, estes grupos são formados tendo como base uma determinada nação e o objetivo de solucionar “causas nobres”, ramificando-se por outros países. As chamadas “causas nobres” da atualidade são, principalmente: os direitos humanos e das minorias; a justiça social; os direitos dos povos indígenas e as questões relativas ao meio ambiente.

Diante disso, busca-se na presente pesquisa discutir os movimentos do poder internacional tendentes a difundir uma visão negativa sobre a soberania brasileira na região amazônica, repositório de valiosos recursos minerais, caudaloso recursos hídricos, de magníficas flora e fauna, exuberâncias próprias de uma região sem similar no mundo. Pretende-se, desse modo, contribuir para a tomada de consciência do governo sobre a importância estratégica dessa área para o desenvolvimento brasileiro.

2 TRAÇADO METODOLÓGICO

O presente estudo se assenta na modalidade de pesquisa qualitativa, de cunho descritivo-exploratório. Segundo André (2005), as abordagens qualitativas de pesquisas se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe a realidade com uma construção social. A referida autora revela que há uma valorização do sujeito no desenvolvimento da pesquisa facilitando com isso a produção do conhecimento através da análise da realidade.

A partir do acesso, seleção e leitura de bibliografia temática, procurou-se construir uma primeira aproximação ao objeto de estudo. Assim, os pesquisadores puderam se instrumentalizar de dados atuais que permitiram maior compreensão da realidade (LAKATOS; MARCONI, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mundo atravessou um período de profundas transformações. As mudanças no Leste Europeu, o surgimento de blocos econômicos regionais, o aparecimento ou em certos casos o ressurgimento de novos eixos de conflitos sugerem que o mundo está numa nova era, um período denominado de Nova Ordem Mundial (GOMEZ, 2000), eclipsado pelo fenômeno mais determinante deste final de século

A queda do muro de Berlim em 1989, a reunificação da Alemanha no ano seguinte, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o aparecimento da Comunidade dos Estados Independentes marcaram o fim da tensão entre o comunismo e o capitalismo. Com a multipolaridade entraram na cena da política internacional três atores: Estados Unidos, Japão e Alemanha; o vencedor e os vencidos na Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos venceram e eliminaram o comunismo internacional, mas isto não garantiu a paz. No momento atual é o poder dominante, embora cada vez mais desafiado pelo radicalismo islâmico e o avanço Chinês.

O conflito do Golfo Pérsico marcou uma nova fase nas relações internacionais. Os principais protagonistas do conflito Leste-Oeste tomaram posições comuns. Pela primeira vez constatou-se que a Organização das Nações Unidas (ONU) defende os interesses das grandes potências, quem controlam diretamente seu Conselho de Segurança. É a globalização manietada pelas nações centrais do capitalismo.

Dentre as lições aprendidas da Guerra do Golfo Pérsico, a mais importante é a que apresentou a verdadeira intenção das grandes potências mundiais, camuflada pela globalização, pela modernidade, ou por uma nova ordem mundial, na verdade, uma nova era.

Segundo George Bush, ex-presidente dos Estados Unidos, essa nova era se constitui por um império mundial controlado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) liderados pelos Estados Unidos. Essa nova era submete as nações periféricas à vontade das nações centrais. (FROTA, 2002)

George Bush também afirmou, em discurso na Assembléia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1991, que passa a vigorar um novo conceito de soberania, controle dos recursos naturais e a adoção de políticas econômicas idealizadas pelas nações mais industrializadas e ricas (FROTA, 2000). As nações do Terceiro Mundo continuarão submetidas ao Fundo Monetário Internacional, seus problemas só poderão ser resolvidos com a abertura de suas economias, livre comércio e o acesso ao livre mercado. Para Bush, a única aparente ameaça à nova era é o nacionalismo (FROTA, 2000).

A globalização, a modernidade ou a chamada nova ordem mundial constitui parte das intenções dos centros de poder mundial para, sob a cobertura do Conselho de Segurança da ONU, manter um condomínio de poder global que permita nações centrais sobreviverem as suas convulsões internas, particularmente no campo econômico.

O princípio fundamental reinante nesse novo contexto se esquadrinha pela implantação mundial de um sistema de soberania limitadas, que permita o domínio de amplas regiões do planeta, em especial aquelas ricas em recursos naturais, especialmente energéticos e minerais. Para tanto, são utilizados os mais variados pretextos, como a suposta ameaça do crescimento populacional, o narcotráfico, a degradação do meio ambiente, o que justificaria a preservação de vastas áreas do planeta, como a Amazônia Brasileira, como patrimônio da humanidade e, até mesmo, intervenções militares.

As nações mais desenvolvidas, todas localizadas no Hemisfério Norte, procuram ampliar poder e riquezas. Ao adotarem essa postura, passam a ter as nações do Hemisfério Sul como vassalos e procuram neutralizá-los adotando a estratégia de concentração de poder para dominá-los (FROTA, 2000). Para Frota (2002), os principais movimentos internacionais enodados por esse viés imperialista podem ser percebidas através das seguintes marcas conjunturais: o fortalecimento da ONU através do seu Conselho de Segurança, liderado pelos Estados Unidos, a restrição ao acesso a armamentos, o *apartheid* tecnológico, o ambiente multinacional, o desgaste do conceito de soberania, as forças de intervenção do Primeiro Mundo, o desmantelamento das Forças Armadas do Terceiro Mundo, o crescimento do poder das organizações não governamentais e o apoio à implantação de governos liberais nos países não desenvolvidos.

Nos dias de hoje, observa-se uma verdadeira orquestração, em especial dos países desenvolvidos, para desnacionalizar a Amazônia. As diversas matérias veiculadas na mídia internacional enfocando, com destaque, as queimadas e a devastação da floresta Amazônica, visariam, de um lado, formar na opinião pública mundial um sentimento de que a Amazônia deveria pertencer à humanidade e, de outro, a de que o Brasil não demonstra competência para preservá-la (FROTA, 2002).

Neste contexto, e considerando-se que o meio ambiente foi colocado como uma das metas prioritárias da política de relações exteriores do governo do presidente Bill Clinton, foi divulgado pelo Departamento de Estado norte-americano, em 22 de abril de 1997, o documento chamado “Diplomacia Ambiental”. Segundo esse documento, teriam sido identificadas cinco ameaças ao meio ambiente: mudanças climáticas, produtos

químicos (tóxicos e pesticidas), perda da biodiversidade, desflorestamento e degradação dos oceanos. Para tratar desta questão os Estados Unidos da América, além dos meios diplomáticos, estariam objetivando e redirecionando os militares de países da América Latina para atuarem como uma espécie de “guerreiros ecológicos”. A condução desse processo estaria a cargo do Comando Sul do Exército estadunidense, instalado no Panamá, e em processo de transferência para Miami (FROTA, 2000).

Nessa esteira de acontecimentos, ao Brasil caberia empregar suas Forças Armadas em um trabalho conjunto com o Ministério do Meio Ambiente visando à preservação da Floresta Amazônica. Essas instâncias governamentais seriam auxiliadas por unidades militares norte-americanas, denominadas, pela imprensa, de “tropa verde” (FROTA, 2002).

Para viabilizar a implementação de seu projeto ambiental, e sob o pretexto de proteger os recursos naturais locais e evitar o confronto entre as nações localizadas nas Américas do Sul e Central, o Governo norte-americano pretenderia criar um sistema internacional de parques, ao longo das fronteiras daqueles países e que estariam sob a vigilância permanente de forças supranacionais (FROTA, 2002).

Fruto dessa reestruturação internacional do poder, algumas idéias sem correspondência na realidade, verdadeiros mitos que, transmitidos com persuasão, poderão representar verdades a grupos sem preocupações com análises críticas. Algumas manchetes jornalísticas noticiam esse engodo, tais como:

- A Amazônia é o pulmão do mundo – Houston Post, em 23/03/89 e muitos outros;
- A devastação (da Amazônia) é inacreditável e constitui a maior tragédia da história – Time Internacional, em 18/09/89;
- Propõe-se um Tribunal Internacional que julgue o governo brasileiro pelos crimes de etnocídio e ecocídio – Grupo dos Cem, México, 1989;
- Só a internacionalização pode salvar a Amazônia – Grupo dos Cem, México, 1989;
- É a Amazônia que absorve todo CO₂ do mundo – II Popolo, de Roma, 1989;
- A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da humanidade – Ecologistas alemãs, 1990;
- Um holocausto ambiental está varrendo a Amazônia – The New York Time, em vários artigos de 1989.

Mais recentemente, na década de 90, o General Patrich Hughes, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas norte-americanas, em palestra para aproximadamente 30 pessoas no Instituto de Tecnologia de Massachussets sobre o tema "As ameaças possíveis aos U.S.A até 2018", declarou a respeito de agressões ao meio ambiente que "caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente" (FROTA, 2002).

E esse risco poderá ser a desculpa para a concretização de outros interesses, pois a Amazônia, riquíssima em sua biodiversidade, é, também, a maior reserva hídrica do mundo, sendo a água, cada vez mais, algo exíguo em toda a terra e fator, já hoje, de conflito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários acontecimentos contribuíram para o processo de globalização ou de integração econômica mundial que ocorre nos dias de hoje, tornando este fenômeno o mais determinante e carregado de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, neste final de século.

A Guerra Fria que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, envolvendo as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, contribuiu para a manutenção do pleno emprego dos fatores da produção. O intervencionismo militar norte-americano, nas suas áreas de influência e a corrida armamentista com a União Soviética fizeram com que as indústrias de armamento garantissem a expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra, sob a liderança dos Estados Unidos.

O fim do mundo bipolar, com a dissolução da União Soviética, encerra a corrida armamentista entre as duas potências, provocando uma reestruturação da economia mundial. Amplia-se o sistema capitalista internacional, com a incorporação dos países do ex-bloco do leste europeu. Alguns países socialistas remanescentes como, por exemplo, China e Cuba, abriram também suas economias ao capital estrangeiro visando à sua expansão.

Os interesses estão superpostos, de acordo com uma conjuntura política indefinida, propositadamente arquitetada pelos que se julgam donos do mundo. A falta de matéria prima e o maior bem do homem depois da vida, a água está em ritmo geométrico de escassez em várias regiões do globo terrestre.

Sofre-se, portanto, ingerências externas sobre as políticas internas porque se vive um período com problemas graves ligados às causas nobres do mundo globalizado, bem como dependente de capitais estrangeiros.

Hodiernamente, a região Amazônica tem demonstrado um desenvolvimento nas atividades de minério e metalurgia, agrícola, pecuária e nos setores extrativos, porém faz-se necessário planejamento e implementação técnico-científico, para que haja melhor rendimento nas atividades acima referidas.

Por se tratar de desenvolvimento recente precisa de apoio e, sobretudo de controle, por parte dos governantes, porque a região tem problemas na demografia, na saúde, na educação, na economia, e na infraestrutura.

Não devemos perder o norte Soberano da Nação Brasileira, visto que, Soberania é a qualidade inerente a um Estado Nacional de ser independente, manter a sua autodeterminação nas relações internacionais, de manter sua integridade territorial e de estabelecer políticas próprias nacionais e setoriais para o seu desenvolvimento.

A consciência da extrema precariedade da situação da região Amazônica foi percebida por nossos antepassados e naqueles que ao inspiraram-se no General Rodrigo Otávio, no General Albuquerque Lima criaram o Projeto Calha Norte.

É possível que agora com os olhos voltados para a Amazônia os governantes se conscientizem que os programas não mais fiquem nos papéis, nas idéias, nas teorias e, finalmente, nas intenções, pois ali reside a maior riqueza do planeta e existe imperiosa necessidade de integrá-la, no menor espaço de tempo, ao restante da nação brasileira para que possa participar efetivamente do progresso nacional e, desta forma, afastar a cobiça internacional.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

BRASIL. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos da Escola Superior de Guerra**. vol. I. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

FROTA, José Ananias Duarte. **Devoir d'ingerence**. Fortaleza: Premius, 2002.

_____. Amazônia brasileira e a nova ordem. **Revista Suffragium**. n. 246. Fortaleza: TER/CE, 2000.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6.ed – São Paulo: Atlas 2005.